



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Jacobinos e Jacobismo nos Cadernos do Cárcere			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Sabrina Miranda Areco¹	Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	UNICAMP / IFCH	Doutoranda
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Este artigo analisa a presença dos termos jacobinos e jacobinismo nos Cadernos do Cárcere. Pretende destacar como os jacobinos históricos foram valorizados na filosofia da práxis em razão do caráter resolutivo de sua prática política, assim como pela vinculação de suas diretrizes com a necessidade histórica concreta de superação do velho regime. Referindo-se ao grupo ativo da fase radical da Revolução Francesa – a República Jacobina (1793-1794) – o marxista italiano refletia também sobre a estratégia revolucionária das classes subalternas no século XX. A valorização dos jacobinos históricos encontrou uma sistematização teórica no conceito de jacobinismo, que é central no pensamento gramsciano e pode ser entendido apenas em articulação com as discussões sobre hegemonia, partido e revolução. Desse modo, o artigo visa explorar os nexos entre o conteúdo histórico e a prática política, isto é, entre os jacobinos e o conceito de jacobinismo, explicitando como o passado torna-se política no pensamento de Antonio Gramsci.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Jacobinismo, <i>Risorgimento</i> , Revolução Francesa			
ABSTRACT			
This article analyzes the presence of the terms Jacobin and Jacobinism in the Prison Notebooks. Intends to highlight how the Jacobins were valued at historical philosophy of praxis due to the resolute character of his political practice, as well as by linking its policies with the concrete historical necessity of overcoming the old regime. Referring to the active group of the radical phase of the French Revolution - The Jacobin Republic (1793-1794) - the Italian Marxist also reflected about the revolutionary strategy of the subaltern classes in the twentieth century. The value of the historical Jacobins found a systematic theoretical on the concept of Jacobinism, which is central to Gramscian thought and can be understood only in conjunction with discussions on hegemony, party and revolution. Thus, the article aims to explore the links between the historical content and political practice, that is, between the Jacobins and the concept of Jacobinism, explaining how the past becomes the political thought of Antonio Gramsci.			
KEYWORDS			
Jacobinism, <i>Risorgimento</i> , French Revolution			

INTRODUÇÃO

A história das revoluções do passado figura, para Gramsci, como objeto central. Essa relevância verifica-se tanto pela presença da Revolução Francesa como pela análise da construção do Estado moderno na Itália. Enquanto a primeira foi entendida como um processo eficaz, com adequação entre meios e fins e que havia efetivamente superado os vestígios da velha ordem; o *Risorgimento* exemplificaria uma revolução “imperfeita” ou “incompleta”. Recorrendo às

¹ Doutoranda em Ciência Política (IFCH/UNICAMP). Membro do Grupo de Estudos Marxismo e Pensamento Político (CEMARX/UNICAMP), coordenado pelo Prof. Dr. Alvaro Bianchi.

formulações de Cuoco (revolução passiva) e Quinet (revolução-restauração), procurou entender tal processo que ainda tinha consequência na Itália do século XX: o fascismo não poderia ser entendido como um desdobramento do liberalismo conservador, que por atuação dos moderados formatou um Estado unitário monárquico, incapaz de superar as discrepâncias sociais e econômicas entre Norte e Sul?

Se o fascismo figurou como ponto de seu presente que estimulou a abordagem da história italiana, a Revolução Russa mobilizou-o a pensar sobre uma revolução que pretendeu “ir até o fim”: sua preocupação com a Revolução Francesa não foi de tipo “arqueológico”. A estratégia do partido radical da Revolução Francesa seria paradigma para a atuação dos grupos subalternos. Desse modo, este artigo pretende analisar a presença dos jacobinos históricos - que atuaram durante a fase radical da Revolução na França (1793-1794) - destacando o confronto que Gramsci operou entre estes e o Partido da Ação. Isto é, foi sob a forma de confronto que a relação entre Revolução Francesa e *Risorgimento* foi desenvolvida nos Cadernos. A partir dessa análise, pretende-se discutir então como os jacobinos, que serviram como apoio para a comparação, foram elaborados como categoria teórica-política na filosofia da práxis. Essa abordagem é permeada pela seguinte questão: se existe uma positividade atribuída aos jacobinos e sua estratégia de revolução permanente, é coerente considerar que a revolução passiva não foi pensada por Gramsci como estratégia para os grupos subalternos e, portanto, o jacobinismo deve ser entendido como *anti-revolução passiva* (TOSEL, 1994).

CONFRONTO E CONTRASTE: A REVOLUÇÃO FRANCESA E O RISORGIMENTO

O procedimento de Gramsci não era rigorosamente historiográfico². Pode-se identificar aquilo que Francioni denominou de utilização instrumental da história, ou seja, ele buscava elementos do passado para consubstanciar a análise de questões teóricas e políticas de seu presente

² Cf. Burgio (2003, p. 56), que embora não refute o caráter instrumental do uso da história nos Cadernos do Cárcere, identifica-os como uma reflexão sobre história da modernidade Ocidental, cuja a origem seria demarcada pelo marxista italiano no longo processo de 1789 (eventos da Bastilha) a 1871 (Comuna de Paris), sendo parte fundamental o início da III República Francesa e a concernente dinâmica assimilativa das classes subalternas pelo Estado.

e sobre as quais pretendia deter-se. Para isso, isolava momentos históricos específicos e operava por meio de analogias, como afirma FRANCONI (1984, p. 71). O confronto entre momentos históricos distintos é fundamental na investigação gramsciana sobre o jacobinismo. Neste confronto, Gramsci destacou sobretudo aqueles elementos que os diferenciam – especialmente no que tange às estratégias do Partido da Ação no processo do *Risorgimento* e dos jacobinos na Revolução Francesa. Desse modo, seria mais apropriado falar em *contraste* do que em analogia.

A abordagem de Gramsci, ainda, deu-se em uma interconexão de contextos - entre Itália e França e diferentes tempos históricos (século XVIII e XIX) – e detém natureza essencialmente dialógica. Uma frente desse diálogo, obviamente, ocorreu com o pensamento revolucionário, que será discutido adiante³. Outrossim, verifica-se ainda um esforço de Gramsci em explicitar as flutuações dos sentidos que o termo jacobino adquiriu historicamente. Reivindicado por diferentes grupos políticos - de italianos patriotas do século XVIII a bolcheviques russos - tais flutuações indicam para Gramsci a existência de uma polissemia do termo. Nos cadernos, portanto, podem-se verificar as tentativas de precisar o termo, distinguindo a fase da história revolucionária francesa de 1793 – 1794 e o sentido que os jacobinos foram adquirindo posteriormente. Dessa forma, pretendia evitar uma abordagem a-histórica e, ainda, reconhecia que os jacobinos haviam transcendido aquela experiência inicial que lhe deu forma e se constituído em parte fundamental do vocabulário político dos séculos posteriores. Tal ampliação deixaria traços mesmo na literatura. Nessas obras é possível apreender o sentido reduzido, limitado ou *deteriore* que do jacobinismo não apenas na França, mas também na Itália⁴.

No que diz respeito ao contexto mais particular de Gramsci, isto é, a Itália, é preciso ainda notar que as relações entre a França e a península durante as Campanhas Napoleônicas tiveram papel importante na difusão deste sentido *deteriore*. Dentre os intelectuais italianos do século XVIII havia uma valorização da Revolução Francesa, do igualitarismo vinculado aos princípios iluministas e dos valores manifestos na Revolução Americana. Era, no entanto, recorrente a reserva dos moderados em relação aos *excessos* jacobinos. A expansão do grupo e dos seus clubes jacobinos na Itália naquele século coincidiu com a adesão dos governos da Península às nações antifrancesas e, no plano interno, com o enfrentamento das tendências reformistas liberais (WOOLF, 1973, p. 155). O chamado triênio jacobino na Itália (1796 a 1799) foi empreitado pelos franceses com o apoio dos jacobinos italianos, com destaque para Buonarroti, na Lombardia e mais

³ O socialista Albert Mathiez foi a fonte historiográfica principal sobre a Revolução Francesa. Gramsci comunicou, em carta de junho de 1930, que já tinha no cárcere os dois primeiros volumes do compêndio de Mathiez *La Révolution Française* e solicitava o terceiro e último (*La Terreur*), recém-publicado e justamente dedicado à Republica Jacobina (L. 190, p. 339).

⁴ “Demônio de franceses! Houve boa razão para chamá-los senhores que tudo-podem-quando-querem” - em livro de Alessandro Andryane - sobre o que Gramsci aponta existir um fundo coerente e histórico (Q 8, § 06, p. 940).

tarde na República Romana e Napolitana (WOOLF, 1973, p. 165). A análise de Vincenzo Cuoco sobre a República Napolitana foi emblemática e reiterada pela historiografia exterior: esse jacobinos eram estranhos à massa e incapazes de solidificar as instituições e pensamentos da modernidade política, pois se sustentavam na frágil aliança entre pequena burguesia e as forças napoleônicas. Suas ambições republicanas, portanto, eram consideradas abstratas e poderiam se impor apenas pela força e terrorismo (CUOCO, 1863, p. 103).

Gramsci identificou naquele contexto histórico o “primeiro período do liberalismo italiano” (Q 2, § 106, p. 253) e embora tenha se preocupado em entendê-lo e discuta prováveis fontes para tal (Q 2, § 106, p. 253-254), apontou dificuldades: as publicações eram tendenciosas, escritas por anti-liberais, portanto não são confiáveis (Q 9, § 113, p. 1180). Na verdade, a interpretação de Gramsci deste período rendeu-se incompleta e oscilante. Após todos os desenvolvimentos sobre os jacobinos franceses e sua comparação com o Partido da Ação, Gramsci perguntou: “Mas se pode chamar de 'jacobinismo' a direção política dos revolucionários napolitanos de 1799?” (Q 19, § 48, p. 2068) – depois de discutir longamente sobre o que caracterizaria os jacobinos históricos franceses naquele caderno. Para chegar a uma conclusão, parece indicar Gramsci, seria preciso conhecer como se deram os nexos entre os camponeses e os patriotas. Cuoco havia identificado na curta experiência da República Napolitana uma ausência de laços dos jacobinos tanto com a burguesia quanto com os camponeses. No entanto, seu *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli* não poderia contribuir com os estudos de Gramsci: tanto o livro não foi lido pelo marxista sardo (Cuoco e a formulação de revolução passiva foram assimilados por leitura indireta a partir de Croce), quanto seu posicionamento era explicitamente anti-jacobino.

No entanto, a existência de posições francamente anti-jacobinas não remetiam diretamente nem aos jacobinos italianos nem ao partido radical francês. Devia-se mais a uma mudança derivada de uma ruptura entre a história desses movimentos políticos e uma “imagem” difundida e manipulada de acordo com interesses. Quer dizer, estava vinculado a um “sentimento” anti-francês, convenientemente mobilizado em certos contextos da história italiana. No Q 19, § 24, Gramsci reconheceu que o significado de jacobino foi dividido em dois⁵. Assim, historicamente eram um dos partidos da revolução francesa, organizado em torno de um programa, força social e métodos próprios e caracterizado sobretudo pelo caráter resolutivo de sua atuação. Mais tarde, foram entendidos como “[...] o político enérgico, decidido e fanático, porque fanaticamente convencidos das virtudes taumaturgicas de suas ideias [...]” (Q 19, § 24, p. 2017). Nesse sentido o programa político defendido é menos importante, já que se trata de um *jacobinismo de temperamento* (Q 19, § 24, p.

⁵ O Caderno 19 foi dedicado ao Risorgimento italiano e foi escrito entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935 (FRANCIONI, 1984, p. 145).

2019), no qual a oposição ao adversário adquire uma feição de ódio e a oposição não é organicamente política. Na análise de Gramsci, tal tipo de oposição teve lugar nos conflitos entre os moderados e o Partido da Ação no processo de unificação italiana. Ainda na nota 24 do Q. 19, Gramsci afirmou que o Partido de Ação deveria ter superado esse tipo de jacobinismo *deteriore* e assumir a forma dos jacobinos históricos, ou seja, ter um conteúdo econômico e social capaz de estabelecer liames com a massa rural e realizar

[...] a conexão entre as diversas classes rurais que organizava em um bloco reacionário rural formado por diversos grupos intelectuais legitimistas-clericais que poderiam ser dissolvidos pelo advento de uma nova formação liberal-nacional apenas se fizesse força em duas direções: sobre os camponeses de base, aceitando suas reivindicações e fazendo desses parte integrante de um novo programa de governo, e sobre os intelectuais dos estratos médios e inferiores, concentrando-os e insistindo sobre os motivos que mais podiam interessar (Q 19, § 24, p. 2024).

Portanto, se é pelo comportamento sectário e fanático que se define o jacobinismo de tipo *deteriore* - identificado no parágrafo aqui abordado principalmente na figura de Crispi - o jacobinismo de *conteúdo*, que tem para Gramsci um sentido positivo, remete diretamente à fase radical da Revolução Francesa. Para Gramsci, a atuação do partido jacobino caracterizava-se pela unidade entre massa urbana e camponeses e a existência de uma direção intelectual e moral capaz de *soldar* os grupos sociais, principalmente cidade e campo, sob a hegemonia da primeira.

A ideia de direção, portanto de hegemonia, é fundamental. Eles foram o partido dirigente que conduziu a burguesia para além dos interesses corporativos que limitavam sua organização como classe. Dirigindo o heterogêneo terceiro estado francês, por meio de ação radical que não aceitava nenhuma saída “intermediária”, derrubaram o Antigo regime de forma a não ser possível retroceder (Q 19, § 24, p. 2028). O partido radical era, portanto, capaz de entender as necessidades futuras da burguesia. Como puderam identificá-las? Ao contrário daqueles que os tomavam como abstratos, eles foram na verdade realistas à Maquiavel e se manifestaram pela forma apropriada à tradição cultural francesa, isto é, através de fórmulas jurídicas (Q 19, § 24, p. 2029). Essas foram capazes de mobilizar as massas camponesas, que aceitaram a direção do partido jacobino - urbano e situado predominantemente em Paris. Na verdade, a direção dos radicais de Paris sobre toda a França, sob o lema da *república una e indivisível*, foi colocada em questão apenas após 1871, com o aprimoramento do parlamentarismo (cf. Principalmente Q 13).

Esse elementos não podem ser encontrados no Risorgimento, isto é, não existiu um partido jacobino no Itália. As razões para isso derivam da alteridade entre França e Itália: não havia na península um desenvolvimento econômico capaz de criar uma burguesia *ativa e positiva* e, por outro lado, a posição da península diante dos demais Estados era bastante diferente da França. Este exercia uma hegemonia no plano das relações internacionais, em razão tanto da existência de um centro urbano como Paris como pela precoce centralização conseguida pela monarquia absolutista (Q 19, § 24, p. 2033). Existe aqui um ponto fundamental do confronto entre jacobinos e Partido da Ação: se os primeiros dirigiram os camponeses (hegemonia cidade sobre o campo); na Itália a relação campo e cidade deveria ser entendida considerando-se as disparidades entre Norte e Sul. Quer dizer, as categorias campo e cidade não poderiam ser mecanicamente aplicada para a interpretação do Risorgimento. Na França, a direção do movimento urbano derivaria de um desenvolvimento econômico, social e cultural prévio, responsável por aquela burguesia *ativa e positiva*, e a proeminência da cidade foi assim quase inevitável. Na península, por sua vez, os movimentos insurgente (unitários, patriotas e “liberais de velho tipo”) tiveram um fermento inicial no Sul, predominantemente agrário, em momento quase coincidente com o Centro. Para Gramsci, esse

[...] relativo sincronismo e simultaneidade mostra a existência já depois de 1815 de uma estrutura economica-política relativamente homogênea, por um lado, e de outro mostra como nos períodos de crise é a parte mais frágil e periférica que reage primeiro (Q 19, § 26, p. 2037).

O Partido da Ação, dessa forma, não conduziu o processo *risorgimental*. Foram os moderados piemonteses, sob a monarquia de Vittorio Emanuele II e o papel decisivo de Cavour, que construíram uma Itália unitária e não-republicana, incapaz de superar as dicotomias entre Norte e Sul. Fazendo prevalecer os interesses dos velhos grupos, como força ativa que comportava parte da monarquia e burguesia, os moderados também “passivizaram” tais movimentos insurgentes, em um contexto internacional em que se intensificavam - especialmente a partir de 1830 - os movimentos com forte presença da classe proletária (artesãos, operários e trabalhadores domésticos), principalmente em Paris, e o nascimento do socialismo revolucionário de Louis-Auguste Blanqui (1805-1881). Se o medo de uma revolução de tipo jacobina já permeava a Europa desde final do século XVIII, os acontecimentos de 1830 e subsequentes trouxeram o medo à tona novamente. No entanto, com o massacre das revoluções de 1848, a repressão exitosa do nascente movimento operário e expansão capitalistas da década de 1850, se “[...] sepultou a era das

revoluções burguesas e inaugurou uma nova época, na qual a transição “pacífica” se tornou a forma mais universalizada de ascensão da burguesia ao poder. Temos então um paradoxo: a transição considerada clássica – a francesa – não foi a mais universal (BIANCHI, 2006, p. 13).

A formação do Estado italiano, assim como outros na Europa, deu-se como reação/superação da Revolução Francesa e de Napoleão. O *Risorgimento* foi uma revolução passiva em uma conjuntura em que a fórmula liberal e democrática encontrava um limite bastante restrito de desenvolvimento quando comparado à França do século XVIII. Outro ponto fundamental eram os diferentes terrenos sobre os quais atuavam os jacobinos e o Partido da Ação. Antecedidos por uma reforma intelectual e moral empreitada pelos Iluministas e o movimento enciclopedista, na Itália o liberalismo não foi desenvolvido autonomamente e sim importado. Não havia um espírito unitário e no âmbito intelectual a cisão também se expressava em diferentes direções filosóficas (idealismo X positivismo). Quer dizer, não existiu um movimento de construção da vontade nacional popular unitária sobre o qual o Partido da Ação pudesse se apoiar. Havia apenas uma tradição retórica de unidade, que por ser apenas retórica não poderia “fermentar” o Partido da Ação e fazer deles “[...] os depositários de uma via revolucionária e nacional” (GERVAZONI, 1998, p. 158). A análise de Gervazoni sobre o jacobinismo em Gramsci destaca que o jacobinismo poderia ser entendido como a construção de um homem coletivo através de uma conformidade social. Ou seja, se sua fórmula aperfeiçoada ocorreu deu-se no parlamentarismo da III República Francesa, que de maneira não-autoritária permitia a manutenção da hegemonia pela obtenção do consenso e colaboração dos grupos dominados e dirigidos. Jacobinismo coincidiria, então, com a fórmula mínima da política moderna do século XX (GERVAZONI, 1998, p. 163).

Mas, como reconheceu Gervazoni (1998, p. 163), a ambiguidade e incompletude de várias passagens impedem uma definição peremptória da posição de Gramsci sobre o jacobinismo e a política do século XIX. A argumentação de Gervazoni sustenta-se, fundamentalmente, na concepção de que a revolução permanente teria sido superada na política a partir de 1870-1871 e substituída pela fórmula de revolução passiva. Além disso, oblitera o componente de força e coerção, fundamental na formulação gramsciana de hegemonia. Porém, se se pensa o jacobinismo como categoria teórico-política em Gramsci, não é possível limitá-la nem à esfera parlamentar nem como estratégia burguesa. Como argumentou Medici (2000, p. 152), o jacobinismo era um aspecto central na aproximação de Gramsci e Lênin. O partido revolucionário na Rússia era jacobino, tanto pela aliança com camponeses como pela necessidade de se desenvolver a vontade nacional popular.

DA HISTÓRIA À POLÍTICA: JACOBINISMO E REVOLUÇÃO

No século XIX, a valorização dos jacobinos no movimento socialista vinculou-se a um movimento político e intelectual de revisão e reabilitação de Robespierre, sendo o ponto reivindicado pelos socialistas o princípio igualitarista (MEDICI, 2000, p. 152)⁶. Se para esses a avaliação dos jacobinos era positiva e tinha relações ainda com a estratégia insurrecional que defendiam, para Sorel era negativa: ele pode ser definido como um “anti-jacobino de esquerda”⁷. Refutando a ideia de direção da vanguarda e a centralização partidária, para Sorel os jacobinos seriam o paradigma desse tipo de partido autoritário, cujo poder tornou-se violento ao se identificar com a força estatal (GALASTRI, 2011, p. 270). Em sua juventude, Gramsci colocou-se ao lado da perspectiva de Sorel. Seu anti-jacobinismo baseava-se na crítica à cisão entre dirigidos e dirigente que ocorreriam em estratégias revolucionárias deste tipo. Conforme aproximou-se do marxismo, superando os vestígios idealistas de juventude, sua concepção foi dotando-se de matizes que permitiram-no uma reflexão bastante complexa dos jacobinos, que acabou se conformando nos cadernos em uma formulação de ordem teórica-histórica central para o desenvolvimento da filosofia da praxis.

Essa complexidade considerou a análise de Karl Marx sobre os jacobinos presente n'A *Sagrada Família*. Em Marx, os jacobinos e sua estratégia foram abordada como absolutização da política: a política haveria subsumido a sociedade civil. Essa análise vinculava-os a um processo de revolução permanente, que seguiu adiante por meio das guerras napoleônicas e as fórmulas defendidas pelos jacobinos encontraram expressão apenas no conjunto jurídico-formal francês. Essa análise de Marx encontrará destaque nos Cadernos. Que os jacobinos mantinham-se nos limites burgueses era claro para Marx, assim como para Gramsci. Ele foi explicitado na posição quanto à liberdade de organização dos operários e a lei do máximo. No entanto, com sua atuação, os jacobinos haveriam expandido a assimilação da massa ao Estado de modo tendencialmente *perigoso*: “La rivoluzione aveva trovato i limiti più larghi di classe; la politica delle alleanze e della rivoluzione permanente aveva finito col porre quistioni nuove che allora non potevano essere risolte, aveva scatenato forze elementari che solo una dittatura militare

⁶ A linha liberal, anti-jacobina, identificava-os com o Terror e os apontava como um desvio autoritário e violento do processo de reformas liberais iniciadas nos entremeios do Antigo Regime. No pensamento político, a obra de Tocqueville (1989) é emblemática deste posicionamento.

⁷ Assim como para Proudhon, cujo pensamento exerceu forte influência sobre o sindicalista francês. Cf. Galastri (2011), que identifica outros pontos de conexão entre Proudhon e Sorel para além do anti-jacobinismo.

sarebbe riuscita a contenere” (Q 19, § 24, p. 2030).

Então, em Gramsci persistia uma possibilidade de retornar aos jacobinos históricos, realizando-se um processo de “delapidação” e positivação que se diferenciava da perspectiva de Marx (MEDICI, 2000, 160). Tal positividade reside na estratégia jacobina e na capacidade de construção de uma unidade entre a masa urbana e os camponeses.

Tratava-se, para Gramsci, de buscar delinear as especificidades do processo revolucionário, aprofundando a análise da fase jacobina e superando generalizações do tipo econômico-estruturais. Para isso, uniu o *Prefácio à Crítica da Economia Política* com textos históricos de K. Marx. Em articulação, essas obras são capazes de contribuir para a compreensão da dinâmica do processo revolucionário (Prefácio de 1859), sendo tal dinâmica depurada de fatalismo e mecanicismo (obras históricas). Quer dizer, as obras históricas permitem abordar a revolução em seu caráter de *excepcionalidade e complexidade*, impossíveis de serem explicadas por um único elemento (crise econômica) e de definição *a priori* dos momentos e fases que as compõem. A crise estrutural seria o fator objetivo que demarcaria a abertura de um tempo de revoluções, que em convergência com os elementos subjetivos amadurecidos poderia ter um desfecho de tipo revolucionário. Como destacou Tosel (1994, p. 42), em Gramsci os princípios da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção e entre as condições objetivas e subjetivas para a revolução encontram uma síntese no conceito de revolução permanente, apreendida n'A *Sagrada família*, que pode ser entendida apenas se abordados os nexos de mútua influência entre estrutura e superestrutura. Mudanças de ordem estrutural não podem continuar a se transformar sem modificar a superestrutura. Assim, com transformações na estrutura são formadas e fortalecidas relações ético-políticas renovadas que se tornam integrais, ou melhor, integralmente vinculadas à vida social. Em razão do caráter universalista que esse conteúdo adquire – não aparece como vinculado a uma classe específica - as classes subalternas são assimiladas e a hegemonia construída (TOSEL, 1994, p. 42). Portanto, somente em um processo de longa duração uma força torna-se hegemônica. Essa longa duração comporta eventos conjunturais, o que o caso francês foi capaz de demonstrar. A Revolução de 1789, o Terror Jacobino de 1794, o Termidor de 1799, o Império Napoleônico, a queda de Napoleão em 1814, a revolução orleanista de 1830, a revolução social de 1848 e, finalmente 1871, com a derrota da Comuna de Paris e a instauração da III República: esses momentos formaram ondas ou ciclos oscilantes que ocorrem durante o processo que culminou na hegemonia burguesa em forma parlamentar (Q13, § 17, p. 465).

A revolução passiva tornou-se a forma de reprodução da hegemonia, como reação ou contra-revolução em relação aos interesses das classes subalternas⁸. A guerra de posição é a estratégia dos dirigentes em um contexto de revolução passiva. Por guerra de posição entendem-se as disputas políticas em um cenário em que o Estado moderno e as associações civis constituem-se como trincheiras, que dificultam o avanço da força antagônica – ou seja, a estratégia jacobina própria da revolução permanente e da guerra de movimento não pode ser repetida (TOSEL, 1994, p. 44).

No entanto, a valorização do jacobinismo derivaria de seu modo de agir e sua capacidade de elaborar uma linguagem ultra-realista, que convencida de suas finalidades, logrou mobilizar forças e desenvolver a ética-política necessária para revolução. Essa definição tanto descreve o moderno príncipe de Gramsci (o Partido revolucionário), como permite que se pense em jacobinismo no Ocidente como antítese ou negação da revolução passiva. Como definiu Tosei: trata-se de um jacobinismo *anti-revolução passiva*, ou meta-jacobinismo. Atuação que deve construir *ex novo* a partir da mobilização da vontade coletiva, o jacobinismo de conteúdo – hegemonia e grupo subalterno ativo – estará então vinculado a uma necessidade histórica real, concreta; que demonstra sua concretude com a vitória e destruição a força antagônica, explicitando o desenvolvimento da antítese (TOSEL, 1994, p. 45).

CONCLUSÃO

Os jacobinos e jacobinismo são fundamentais para se compreender a teoria sobre revolução desenvolvida por Gramsci. Como categoria teórica política, vincula-se com conceitos centrais da filosofia da práxis, como hegemonia e partido. Essa valorização comporta um reconhecimento da eficácia da estratégia revolucionária dos jacobinos históricos. Essa estratégia construiu a hegemonia burguesa e o moderno Estado na França através da aliança do partido e dos grupos urbanos com os camponeses, sob direção dos primeiros, na luta política pela construção de uma nova hegemonia. Essa aliança efetivamente significava que o partido da burguesia guiou o heterogêneo III Estado

⁸ O conceito de revolução passiva nos Cadernos inicialmente acenava para a possibilidade de que o *Risorgimento* fosse entendido como revolução passiva, nos termos de Cuoco (Q 1, § 44, p. 41). Ganhando uma dimensão mais ampla, Gramsci pensou se o conceito não poderia contribuir para a análise não apenas da Itália, mas também dos demais países europeus que no século XIX formaram Estado sem revoluções do tipo jacobino (Q 4, § 57, p. 504). A formulação inicial de Cuoco, “completamente modificada e enriquecida” (Q 15, § 18, p. 1775), foi trazida ainda para pensar os nexos entre guerra de posição e de movimento (Q 15, § 11, p. 1766). Mas, fundamentalmente, a revolução passiva passou a indicar um processo no qual, diante de uma massa não-organizada e com atuação apenas episódica, o Estado atua como forma “progressista” modernizando o Estado e atendendo parte das demandas dessa massa (Q 8, § 25, p. 957).

antes de se tornar dominante. Pode-se então identificar nessa posituação do jacobinismo um paralelo com a Revolução Russa e uma manifestação do leninismo gramsciano, como defendeu Medici (2000). No confronto com a revolução passiva (*Risorgimento*), figurou como contrário positivo. Como afirmou Galastri, o jacobinismo e a revolução passiva, “[e]m momentos e espaços históricos distintos, ambos são [...] processos formadores de Estados nacionais, tanto quanto formação, consolidação, e defesa do bloco histórico burguês. No entanto, o jacobinismo continuaria a servir como antítese, como modelo político das novas classes fundamentais devido à potência que confere à organização das massas” (GALASTRI, 2010, p. 103-104).

BIBLIOGRAFIA

BIANCHI, Alvaro. Revolução passiva: o pretérito do futuro. In: *Crítica Marxista*, n. 23, p. 34- 57, 2006.

CUOCO, Vincenzo. Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli. 2 ed. Napoli: Lombardi, 1863.

FRANCIONI, Gianni. *L’Officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei “Quaderni del carcere”*. Napoli : Bibliopolis.

GALASTRI, Leandro. Revolução passiva e jacobinismo: uma bifurcação da história
. In: *Filosofia e Educação* (Online), v. 2, n. 1, 2010.

GERVASONI, Marco. *Antonio Gramsci e la Francia: dal mito della modernità alla “scienza della politica”*. Milano: Edizioni Unicopli, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Lettere dal Carcere* a cura di Sergio Caprioglio e Elsa Fubini. Torino: Einaudi, 1965.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1977.

MEDICI, Rita. *Giobbe e Prometeo: filosofia e politica nel pensiero di Gramsci*. Firenze: Alinea, 2000.

TOCQUEVILLE, A. . *O antigo regime e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1989.

TOSEL, André. *Gramsci e a revolução francesa*. *Novos Rumos*, São Paulo, v. 9, n. 22, 1994, p. 42.

WOOLF, Stuart J. La rottura rivoluzionaria com il passato (1789-1799). In: *Storia d'Italia*. Torino: G. Einaudi, 1972-1976. v 3.